

ASCENSÃO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Monalisa Franco Campos¹, Anézio Cláudio Benardes²

¹Universidade do Vale do Paraíba - Univap/Instituto Superior de Educação/Ise, Rua Tertuliano Delphin Júnior, 181, e-mail: maremona@yahoo.com.br, acb@univap.br

Resumo – Este trabalho teve como objetivo verificar as mudanças que vêm ocorrendo no campo da educação com o advento da globalização e a ascensão da educação não-formal voltada para o exercício de uma cidadania comprometida. Esta pesquisa teve caráter bibliográfico e o seu referencial teórico partiu dos pressupostos de Zaballa, Freire e Silva, dentre outros autores. A análise e a interpretação dos dados apontaram que o aumento na demanda por espaços não-formais é reflexo de um sistema mal administrado pelo setor público e pelo efeito direto da globalização, bem como pelo impacto das novas tecnologias que abriu as fronteiras e permitiu a entrada de outras culturas, obrigando-nos a redefinir a questão da educação.

Palavras-chave: Educação formal, Educação não-formal, globalização, cidadania
Área do Conhecimento: Ciências Humanas (Educação)

Introdução

Este trabalho tem como objetivo verificar as mudanças que vêm ocorrendo no campo da educação com o advento da globalização e a ascensão da educação não-formal voltada para o exercício de uma cidadania.

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e seu referencial teórico partiu dos pressupostos teóricos de Zaballa, para quem a educação só tem sentido quando está a serviço de ideais; Freire, segundo o qual, o progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perde, para esse educador, a sua significação; e, dentre outros autores, Silva (1999), que ressalta o reflexo do momento histórico em questão e, diretamente vinculado às relações de poder, a organização e estruturação da sociedade.

Materiais e Métodos

A pesquisa tem caráter bibliográfico e está embasada em Zaballa (2007), Freire (1999, 1997, 1975), e, dentre outros autores, Silva (1999).

Buscamos, nesses referenciais teóricos, a fundamentação para sustentar a importância da atuação de entidades não-governamentais na educação do país, para o desenvolvimento da cidadania e de uma sociedade democrática.

Resultados e Discussão

É impossível participar ativamente de uma sociedade globalizada se não se dominam estratégias de análise e de ação na e para a complexidade.

O ensino que herdamos compartimentou o conhecimento em áreas cada vez mais alijadas da finalidade para as quais foram criadas: de serem

meios para a compreensão de algum aspecto da realidade “educar para a vida”. Essa separação em saberes estanques teve uma resposta perversa na escola, ao criar um ensino baseado na aprendizagem das disciplinas como um fim em si mesmo.

Segundo Zaballa (2007), A educação só tem sentido quando está a serviço de ideais. Quanto mais distantes estejam esses ideais da realidade, maiores devem ser os meios de que a escola tem de lançar mão.

Os efeitos da crise da economia globalizada e a rapidez das mudanças na era da informação levaram a questão social para o primeiro plano, e, com ela, o processo da exclusão social. O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perde, dessa forma, a sua significação.

Para Freire (1999, p. 147), a todo o avanço tecnológico haveria corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres. A um avanço tecnológico que ameaça a milhares de mulheres e de homens de perder seu trabalho deveria corresponder outro avanço tecnológico que estivesse a serviço do atendimento das vítimas do progresso anterior. Como se vê, essa é uma questão ética e política e não tecnológica.

Vale ressaltar que o processo educacional era estruturado seguindo formas específicas da exploração capitalista, voltado apenas a interesses particulares de um pequeno grupo que detinha o poder. Grupo que não estava comprometido com uma educação para além dos muros da escola, em que o processo centrava-se apenas na sala de aula, ou seja, vivia-se na cultura do silêncio.

Freire (1975, p. 67) aponta que:

Na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação bancária” mantém e estimula a contradição.

Para Freire (1997), essa idéia de educação está voltada muito mais ao campo técnico do que propriamente humano. É fundamental não transformarmos a experiência educativa em algo puramente técnico, pois isso seria amesquinhar o caráter humano da formação da pessoa.

A preocupação com que o trabalhador aprenda a ler, escrever e contar não tinha nada de edificante ou humanitário, muito menos filantrópico, a saber, o aprendizado da leitura era para manusear qualquer manual de instruções; escrever para poder emitir um relatório de produção, e contar para não colocar uma unidade a mais do produto na embalagem.

Ao lado dessas questões, é fato que a situação da educação brasileira vem mudando, tanto quanto a vida social e cultural. O país tem passado por grandes transformações, nos últimos 40 anos, iniciadas com a montagem e expansão, em tempo recorde na história do capitalismo, buscando acompanhar o modelo de desenvolvimento econômico vigente.

No que diz respeito às mudanças na área educacional, há um cenário pouco otimista. No entanto, há, constantemente, pressões sociais relativas a mudanças de currículos escolares.

O currículo não é estático, ele é vida, daí a necessidade sempre de uma “reorientação” curricular. Conforme ressalta Silva (1999): O currículo é assim, “documento de identidade”, reflexo do momento histórico em questão e diretamente vinculado às relações de poder, a organização e estruturação da sociedade, e a visão de mundo do grupo social dominante.

Há, no entanto, “novas tendências” decorrentes da pressão por parte da sociedade civil em melhorar a qualidade da educação e, conseqüentemente, reverter o processo de exclusão social causado pelo impacto das novas tecnologias, propondo novas frentes de ações coletivas.

Sabemos que todo período de crise resulta não apenas em catástrofes, desilusão e desesperança. A crise produz e/ou estimula reações, resistências, oportunidades e inovações. Dentre essas, destacamos as que vêm ocorrendo na área do associativismo e da organização popular: novas formas de gestão dos negócios públicos, novas formas de fazer política e novas articulações entre ONGs, governos e empresários no chamado Terceiro Setor.

De fato, são inúmeras as novas práticas sociais expressas em novos formatos institucionais de participação, e, em todas elas, a educação não-formal está presente, como processo de aprendizagem de saberes aos e entre os seus participantes. As associações do Terceiro Setor estão passando a ocupar o papel que antes era desempenhado pelos sindicatos e pelos partidos políticos. O fenômeno das ONG, nos anos 90, reafirma o poder das teses e discussões acerca da importância da sociedade civil atual. Elas estão mudando de nomenclatura para simplesmente Terceiro Setor.

Perguntamo-nos o real motivo que levou a sociedade civil à luta por essas novas conquistas, e a resposta é clara e evidente, o Estado não consegue mais penetrar nas microsferas da sociedade, ele só sabe atuar no nível macro, e as políticas públicas necessitam de mediadores para serem efetivas.

Essa luta por uma escola mais democrática e por conteúdos mais dignos não é só nossa. Em meados da década de 50, Paulo Freire já propunha uma pedagogia específica, associando estudo, experiência vivida, trabalho, pedagogia e política; em suas palavras, “era preciso dar-lhes a palavras para que “transitassem” para a participação na construção de um Brasil”.

Para esse educador (1998, p. 92):

É como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas idéias, suas concepções. Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres históricos sociais.

Estamos vivendo, hoje, um momento diferente, um momento de busca de síntese entre qualidade e quantidade. É a vez da sociedade conquistar a sua autonomia.

No Brasil, o tema da autonomia da escola encontra suporte na própria Constituição promulgada em 1988, que institui a “democracia participativa” e estabelece como princípios básicos o “pluralismo” de idéias e concepções pedagógicas e a “gestão democrática” do ensino público.

Em 1988, Paulo Freire desenvolve o conceito de interdisciplinaridade, e já como secretário municipal de São Paulo, deu início a uma reorientação curricular, para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social.

Outra conquista da sociedade é a proclamação dos direitos de nossas crianças e adolescentes, fator esse influenciado diretamente pelos vários movimentos sociais, inclusive entidades

específicas na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes consagrados pela Lei Federal n.º. 069, de 13 de julho de 1990, e, também, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que contemplou os interesses dos setores menos favorecidos da sociedade, bem como a descentralização e a autonomia para as escolas e universidades, e a valorização do magistério.

A idéia de parâmetros curriculares surgiu das pressões sociais em relação à escola. Pais, organizações não-governamentais, imprensa e especialistas, nos últimos anos, criticaram duramente a educação escolar pelo seu distanciamento da realidade concreta dos educandos.

Para Gohn (2006), é preciso agregar ao ensino formal, conteúdos da educação não-formal relativos às motivações, à situação social, à origem cultural dos alunos.

Perguntamo-nos por que somente agora estamos construindo uma escola voltada para a diversidade histórica e cultural?

Chegamos à conclusão de que é o reflexo da globalização, a idéia de progresso diluiu-se, a fragmentação das fronteiras entre as nações obriga-nos a redefinir a questão da cultura.

O momento social atual possibilita a existência de muitos e diferentes campos, nos quais talvez coubesse uma construção de consciência humanitária, ecológica, socioafetiva, dentre outras.

É importante considerar que esse momento, por meio até mesmo da globalização, também contribui para o crescimento do campo da educação não-formal, visto que a demanda por conhecimentos específicos, sociais e culturais acelerou, ao passo que somente a educação formal - mesmo incluindo ao currículo conteúdos que, ao passar do tempo, foram desprezados por ela mesma e que, atualmente, está se reinserindo ao espaço da sala de aula - não consegue dar conta, visto que os conteúdos interdisciplinares acabam se tornando um complemento aos conteúdos formais, o que não é o ideal. Relato extraído do livro Educação não-formal, de Park e Fernandes (2005, p. 218) conceitua essa realidade:

Eu não seria a pessoa que sou hoje se não fosse o Projeto Sol, porque eu acho que eu seria uma pessoa assim... como vou dizer... inocente, bobinha no mundo. Acho que lá eles me prepararam para o mundo, me mostraram todos os caminhos, todas as oportunidades. As atividades que eu aprendi, tudo hoje eu agradece a ele (educadores) e foi fundamental, necessária. Se eu não tivesse ido lá, hoje eu não seria nada, não teria a noção de nada. Só teria a noção da escola, do que a escola ensina.

Sabemos que a criação de um determinado conceito sempre se dá em decorrência de uma

necessidade, buscando entendê-lo e interpretá-lo. Segundo Deleuze e Guattari (1992, p. 30):

Todo conceito tem uma história. Num conceito, há no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas, supunham outros planos. Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou recortado.

Os saberes da educação formal são sistematizados de acordo com conhecimentos científicos. Perguntamo-nos o que a educação não-formal tem que a educação formal não tem?

Nosso objetivo não é apontar somente os atrasos da educação formal e sim os avanços que a educação não-formal tem alcançado com o advento da globalização e o início do século XXI.

Do ponto de vista de Garcia (2005, p. 31):

O conceito da educação não-formal, assim como outros que têm com ele ligação direta, habita um plano de imanência que não é o mesmo que habita o conceito de educação formal, apesar de poder haver pontes, cruzamentos, entrechoques entre ambos e outros mais. A educação não-formal tem um território que lhe é próprio; assim, não é oportuno que sejam utilizados instrumentais e características do campo da educação formal para pensar, dizer e compreender a educação não-formal.

No campo da educação não-formal, existe certa flexibilidade no estabelecimento dos conteúdos curriculares, são adaptados segundo a realidade da clientela a ser atendida, visto que não há uma infinidade de documentos burocráticos a serem preenchidos - não que não haja documentos no espaço de educação não-formal - no sentido de que ao final do mês devem-se apresentar estatísticas, dados, cumprir metas, avaliação, dentre outros tantos.

Temos como exemplos, os trabalhos desenvolvidos pelo SESC - Serviço Social do Comércio, que foi criado em 13 de setembro de 1946, através do Decreto Lei nº. 9.853; pelo SESI - Serviço Social da Indústria; pelo SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; e pelo SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

O avanço considerável das classes operárias populares amedrontava os setores mais reacionários da sociedade brasileira. A permanência de Vargas no poder os ameaça, pois com ele se verifica a cada dia o avanço da classe operária. O golpe de 29 de outubro de 1945, sob a falsa aparência de uma ação democrática, foi, na verdade, reacionário e antipopular, pois obstaculizou os avanços - que não foram poucos - das classes populares. (ANTUNES, 1985, p. 67).

Em relação ao SESC, inicialmente, o seu trabalho tinha um cunho médico-assistencial de proteção à saúde do trabalhador no comércio, suprimindo parte das enormes deficiências de recursos da sociedade brasileira, aos poucos a Instituição foi se diversificando, abrangendo interesses cada vez mais amplos, com cursos de Inglês, corte e costura e balé infantil, atraindo um número crescente de trabalhadores e consolida seu papel social. A princípio, uma educação formalizada, destinada a instruir o indivíduo em um determinado conhecimento, mas, aos poucos, a entidade avança no sentido de oferecer uma educação informal, por meio e processos espontâneos ou naturais, que se desenvolve ao longo das décadas de 60 e 70.

As transformações sociais que as últimas décadas haviam provocado no âmbito da família com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o conseqüente afastamento do acompanhamento dos filhos na vida escolar apontava para a necessidade de uma ação mais organizada e permanente, que contribuísse para atenuar esses efeitos junto aos filhos de comerciários.

A partir de 1980, está clara a proposta de oferecer uma educação não-formal, além dos muros da escola, com intencionalidade, buscando práticas coletivas organizadas.

Nesse contexto, cria-se uma comissão de técnicos para a elaboração de um currículo acadêmico voltado ao público infantil, a qual formula o Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil – PIDI, que seria desenvolvido por todas as unidades do estado.

Para o SESC, 1986, foi um ano marcado pela reflexão e por estudos voltados ao público infantil. O PIDI – Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil é implantado com uma metodologia específica, a partir de 1987, aliando uma proposta de lazer e educação por intermédio do teatro, do esporte, de oficinas de criatividade, dança, música, artes plásticas e visuais. Conhecido, a princípio, como Projeto SESC Curumim, atualmente é chamado de Programa SESC Curumim, desenvolvido em 14 unidades, inteiramente consagrado aos filhos de comerciários de baixa renda.

Assim sendo, o objetivo desse Programa é promover o desenvolvimento integral da criança, para suprir as lacunas deixadas pela escola e pela família, relativizando o peso das desigualdades sociais no acesso à produção e ao usufruto dos bens culturais, formando cidadãos conscientes e participativos da vida em sociedade.

Conclusão

A educação é o reflexo do sistema vigente e da luta da sociedade civil por condições mais

condignas de sobrevivência e educação para todos, e, sendo assim, sofre, gradativamente, mudanças importantes.

O aumento na demanda por espaços não-formais é reflexo de um sistema mal administrado pelo setor público e pelo efeito direto da globalização, bem como pelo impacto das novas tecnologias que abriu as fronteiras e permitiu a entrada de outras culturas, obrigando-nos a redefinir a questão da educação.

Não tem sentido aprender nada que o aprendiz não saiba situar como meio para a compreensão de um mundo que sempre é complexo. Não serve para nada um conhecimento para aquele que é incapaz de fazer perguntas relevantes.

Referências

ANTUNES, Ricardo L.C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria da Cidadania e Departamento da Criança e do Adolescente. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Imprensa Oficial, 1990.

DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Pedagogia da Autonomia*, 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOHN, M.G. 2006. *Educação não-Formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. In artigo, 13/02/2006.

ZABALLA, Antônio. 2007. *Educar para a vida*. In: Revista da Educação. São Paulo: Abril/2007, p. 5 – 6

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. BH: Autêntica, 1999.

SÃO PAULO. SESC São Paulo. *Uma idéia original*. SESC São Paulo 50 anos. São Paulo: SESC, 1997.

_____. SESC. Administração Regional no Estado de São Paulo. *Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil*. São Paulo: SESC, 1986.